

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL



**O (VAZIO) QUE SOBRA:  
APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS RESIDUAIS**

LUIZA BORGES FERRAZ BARBOSA

RIO DE JANEIRO  
2017

LUIZA BORGES FERRAZ BARBOSA

**O (VAZIO) QUE SOBRA:  
APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS RESIDUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Frederico  
Guilherme Bandeira de Araújo

RIO DE JANEIRO  
2017

**Barbosa, Luiza**

**O (vazio) que sobra: apropriações de espaços residuais / Luiza Barbosa. -- Rio de Janeiro, 2017. 41 f.**

**Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araújo.**

**Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.**

**1. Espaços residuais. 2. Temporalidade 3. Desejo. 4. Apropriações. 5. Rua expandida. I. Bandeira de Araújo, Frederico Guilherme, oriente. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.**

LUIZA BORGES FERRAZ BARBOSA

**O (VAZIO) QUE SOBRA:  
APROPRIAÇÕES DE ESPAÇOS RESIDUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovada em:

  
Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo (orientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr.

## Resumo

Entendendo o planejamento urbano como ferramenta de poder e que interesses de grupos específicos o guiam, esse trabalho tem como objetivo trazer elementos para agregar em uma discussão sobre novos modelos de planejamento. Por meio de revisão bibliográfica e pesquisa empírica de um caso específico, são trabalhados os conceitos de temporalidade e desejo como essenciais na apropriação, ocupação e produção do espaço. Ao se trabalhar a ideia de espaço público, cria-se o conceito de *rua expandida* para se referir a territorialização de um espaço maior de resistência, de política e de expressão. Também são problematizadas as diferenças entre apropriações e ocupações através de diversos exemplos. Com isso, é explorado o conceito de *desinvenção* do espaço, como mecanismo de apropriação e ocupação do espaço. A partir desses conceitos e ideias, trabalha-se na elucidação de processos em que diferentes agentes territorializam-se, ocupando espaços residuais através de manifestações culturais. Para isso, também se trabalha a ideia de resíduo e sobra no planejamento. Por fim, o amplo diálogo entre os diversos setores da sociedade civil e o Estado, são vistos como caminho para elaboração de políticas públicas mais eficientes. O reconhecimento da importância desses movimentos é visto como uma possibilidade para a mudança de atuação do Estado, em prol dos interesses de toda a sociedade civil e não apenas, de grupos específicos. Também é reconhecida a potência de mudança e possibilidades que esses movimentos geram.

## Palavras-chave:

Espaços residuais. Temporalidade. Desejo. Apropriações. *Rua expandida*.

**Abstract**

Understanding the urban planning as a tool of power and that interests of specific groups guide them, this work aims to bring elements to add to a discussion about new planning models. Through literature review and empirical research of a particular case, are worked out the concepts of temporality and desire as essentials in the appropriation, occupation and production of space. In working with the idea of public space, the concept of an *expanded street* has been created in order to refer to the territorialization of a larger space of resistance, politics, and expression. Are also raised differences between appropriations and occupations through several examples. It's explored the concept of *desinvention* of space, as a mechanism of appropriation and occupation of the space. Based on these concepts and idea, we are working to elucidate processes in which different agent territorialize themselves, occupying residual spaces through cultural manifestations. For this, also working the idea of residue and spare in planning. Finally, the broad dialogue among the various sectors of civil society and the State, are seen as a way for public policy development more efficient. The recognition of the importance of these movements is seen as a possibility for change of activity of the State, in the interests of civil society as a whole and not just specific groups. It is also recognized the power of changes and possibilities that these movements can produce.

**Key words**

Residual spaces. Temporality. Desire. Appropriations. *Expanded street*.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	8
1.1. O (vazio) que sobra .....	12
1.2 Da <i>rua</i> expandida.....	19
2. Im_permanências.....	24
3. Debaixo do viaduto .....	29
4. Planejando (n)o vazio - Conclusão.....	38
Referências.....	41

## 1. Introdução

*“Como escovar essa hegemonia a contrapelo, revelando as múltiplas formas que resistem, se reinventam ou mesmo se vão forjando à revelia e à contracorrente da hegemonia de um sistema de mercado, modulado por mecanismos de controle e monitoramento cada vez mais eficazes e sutil ou nada sutilmente despóticos?”*

*Peter Pál Pelbart<sup>1</sup>*

Devemos nos perguntar a quem serve e para que serve o atual modelo hegemônico de planejamento urbano das cidades. Quem são os agentes que esse modelo beneficia? Que tipo de cidade e de espaços essa lógica produz? Quem pode desfrutar desses espaços? Essa cidade é para quem?

O planejamento urbano é um instrumento de poder e de controle da cidade e dos agentes que nela habitam. Porém, os grandes favorecidos com esse modelo, não são os cidadãos comuns – aqueles que dependem do transporte, saúde e educação pública. Em grande parte, o cidadão comum é, em muito, prejudicado, criminalizado e excluído dessa cidade que está sendo produzida – em especial as, ditas, minorias, como a população LGBT, negros e negras, pessoas periféricas, a população de rua, camelôs.... As grandes incorporadoras imobiliárias, os bancos, os agentes políticos, os investidores, ou seja, a elite da sociedade civil, são os reais ganhadores com esse modelo de planejamento. As grandes cidades do Brasil e, especialmente o Rio de Janeiro, nos últimos 8 anos sob gestão (2009-2013 e 2013-2017) do ex-prefeito Eduardo Paes (PMDB), entregaram-se com veemência a esse modelo denominado *planejamento estratégico* e a sua lógica de produção da cidade.

Posto isso, pode-se pensar que muito pouco os cidadãos comuns podem fazer para subverter essa lógica de forma que atue em favor de uma maneira menos excludente de se planejar uma cidade – e que coloque os interesses de todos e todas aquelas que habitam a cidade, e não apenas de uma pequeníssima parcela, a frente. A priorização de valores dos direitos humanos, da igualdade de acesso a todos os serviços e direitos (de saneamento básico a lazer), da valorização da cultura e dos movimentos produzidos pela cidade, do respeito aos mecanismos de apropriação e ocupação dos espaços na cidade pelos cidadãos, entre outros, são caminhos para essa cidade menos excludente. Porém, nos últimos tempos, temos

---

<sup>1</sup> PÁL PELBART, Peter. Carta aberta aos secundaristas (2016)



visto movimentos de micro resistência a essa lógica que foram potentes e transformadores em seus processos e até – alguns – vitoriosos em seus objetivos.

Movimentos de micro resistência sempre existiram, porém, ano passado, com o afastamento da, até então, presidenta Dilma Rousseff<sup>2</sup> –por conta do processo de impeachment que corria contra a mesma – e Michel Temer assumindo a presidência do país interinamente, pudemos acompanhar alguns exemplos desses movimentos. Ao assumir a presidência interinamente, em um de seus primeiros atos, alegando corte de gastos e diminuição de excessivo número de ministérios, dentre outros motivos, Temer subordinou o Ministério da Cultura ao Ministério da Educação, colocando-o sob status de secretaria<sup>3</sup>. Em reação a essa decisão, em todo o país, iniciou-se o movimento “Ocupa MinC”<sup>4</sup>, movimento de ocupação dos prédios do Ministério da Cultura em diversas cidades. De maio a julho, os prédios do MinC espalhados pelo Brasil, tornaram-se polos de resistência e cultura. As ocupações promoveram atividades culturais variadas durante todo o período em que duraram como: palestras, shows, festas, oficinas, rodas de conversa, etc. Espaços antes dominados pela burocracia e trabalho, tornaram-se espaços *públicos* culturais, se resignificando com a vivência e o processo de ocupação. Mesmo com a revogação da decisão, as ocupações continuaram mostrando sua potência.

No Rio de Janeiro, a ocupação foi mais simbólica ainda pela ocupação ter se dado em um prédio modernista histórico, o Palácio Gustavo Capanema, antigo Ministério da Educação, no centro da cidade. Mesmo passando por reformas na época, o edifício foi ocupado e seus pilotis e mezanino totalmente transformados por essa atmosfera, tendo atividades todos os dias o dia todo. Com o início dos jogos olímpicos, o Governo tomou medidas mais duras quanto a ocupação que não tinha previsão para terminar. Ao serem expulsos do Palácio Gustavo Capanema, os

---

<sup>2</sup> Em dezembro de 2015, a até então presidenta da república, Dilma Rousseff, teve seu pedido de impeachment aceito pelo, até então, presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha. A presidenta foi acusada de utilizar-se das *pedaladas fiscais*, para disfarçar rombos nas contas públicas. Em maio de 2016, quando o processo foi aberto e teve início, a presidenta foi afastada até o fim do julgamento. Com isso, Michel Temer assumiu a presidência interinamente. Em agosto, na última votação do senado, o impeachment de Dilma Rousseff foi aprovado e Temer assumiu a presidência da república.

<sup>3</sup> Mesmo o Ministério da Cultura tendo o menor orçamento de todos os Ministérios e apesar de, de alguma forma, cultura e educação serem ligadas, porém as duas pastas terem orçamentos totalmente distintos e políticas diferentes, ainda assim o corte de gastos foi alegado como motivo para o rebaixamento e a conexão dos temas foi utilizada para a subordinação de uma a outra.

<sup>4</sup> “Ocupa MinC” é a abreviação de “Ocupa Ministério da Cultura” e foi a “logo” utilizada pelo movimento de ocupação.

integrantes do “Ocupa MinC RJ” ocuparam o antigo prédio do Canecão<sup>5</sup>, fechado desde 2012, quando foi reintegrado pela UFRJ, e manteve atividades ali durante todo o mês. No início de setembro, ao julgarem que tinham reinserido o Canecão a cidade, “devolveram” o edifício a comunidade acadêmica da UFRJ, para que essa, a partir de então, voltasse a gerir o espaço.

Quando medidas mais austeras passaram a ser tomadas pelo Governo Temer, como a PEC 241/55<sup>6</sup>, Proposta de Emenda Constitucional que congela os gastos públicos pelos próximos 20 anos, juntamente com a MP da reforma do ensino médio<sup>7</sup>, que implica em grandes mudanças na estrutura do ensino escolar, estudantes secundaristas do Paraná começaram a ocupar suas escolas – a exemplo das ocupações das escolas de São Paulo<sup>8</sup> – contra essas medidas. Esse movimento foi crescendo e ganhando adeptos em todo o país, chegando a mais de 1000 escolas ocupadas e mais de 100 universidades<sup>9</sup> ocupadas em todo o país. No Rio de Janeiro, diversas universidades foram ocupadas, incluindo a PUC-Rio, instituição privada, em apoio a luta dos secundaristas e contra a PEC 241/55. A exemplo das ocupações secundaristas, nas universidades também foram promovidas atividades culturais, educacionais e debates diversos. Muitos programas de pós-graduação se envolveram nas mobilizações, como os estudantes de psicologia da UFF, que ofereceram atendimento psicológico gratuito aos alunos que estavam na ocupação.

Em seu texto “Carta aberta aos secundaristas”, Peter Pál Pelbart reflete sobre as ocupações dos secundaristas em uma análise que poderia se estender a vários dos movimentos de ocupação:

---

<sup>5</sup> O Canecão é uma antiga casa de shows que está em terreno da UFRJ. A Universidade teve uma longa luta para retomar posse do espaço, alugado para a casa de shows até o ano de 2012. Em 2012, alunos da universidade ocuparam o espaço pedindo que fosse reintegrado e utilizado de forma democrática e gratuita por todos. Desde então, não se conseguiu dar continuidade ao projeto universitário, de se ter ali um espaço público dedicado a cultura, por falta de recursos para recuperar o prédio, que se encontra em condições precárias.

<sup>6</sup> Proposta de Emenda Constitucional 241/55 que prevê o congelamento dos gastos primários do Governo pelos próximos 20 anos. A PEC 241/55 teve seu texto-base aprovado em 11 de outubro de 2016 e foi aprovada em votação final no Senado em 13 de dezembro de 2016.

<sup>7</sup> Medida Provisória 746/2016 que prevê alterações na estrutura do ensino médio, dentre as quais as mais polêmicas sendo: aumento da carga horária obrigatória, torna facultativo o ensino de artes e de educação física, autoriza a contratação de professores sem licenciatura e divisão e escolha de ênfase de formação nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.

<sup>8</sup> De outubro a novembro de 2015, estudantes secundaristas de São Paulo ocuparam mais de 200 escolas em um movimento contra a proposta de reorganização escolar apresentada pelo então secretário de educação do estado, Herman Voorwald, e apoiada pelo governador Geraldo Alckmin. Essa mobilização reacendeu o movimento estudantil secundarista e mostrou uma nova maneira de protesto que refletiu no país inteiro em momentos posteriores. Além de protestos nas ruas, os estudantes, durante a ocupação, promoveram atividades culturais e educacionais diariamente.

<sup>9</sup> Dados levantados pela UBES e divulgados no link: </ <http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>>

A coragem e a inteligência com que essa luta foi conduzida, a maneira democrática e autogestiva com que se sustentou, as formas de mobilização e de comunicação que aqui se inventaram, o modo como se soube suscitar diálogo e conexão com as diversas forças da sociedade civil, a maneira autônoma que demonstrou ao longo de todo o trajeto [...] Vocês introduziram em paralelo ao teatro esgotado e degradado da representação institucional uma nova coreografia política, carregando uma atmosfera de grande frescor, um afeto coletivo inusitado, uma dinâmica de proliferação e contágio, uma maneira inédita de manifestar a potência multitudinária que prolongou o que de melhor houve em 2013, sem se deixarem capturar pelo que de pior ocorreu ali.[...] um acontecimento como o do ano passado, com seu cortejo de arbítrio, violência, abuso, mas também de mobilização, iniciativa, afirmação, representou um corte abrupto na percepção social sobre o ensino, a escola, a polícia, o Estado, o poder, o desejo. Essa ruptura, essa reviravolta e o seu efeito significam o seguinte: o que até então era a trivialidade cotidiana, de repente torna-se intolerável. Por exemplo, se até então parecia natural que quem decidia sobre os equipamentos escolares eram gestores, nos seus gabinetes, subitamente isso aparece como uma aberração intolerável para aqueles a quem tais equipamentos supostamente estão destinados. [...] De pronto, já não se tolera o que antes se tolerava, e passa-se a desejar o que antes era impensável. Isso significa que a fronteira entre o intolerável e o desejável se desloca – e sem que se entenda como nem por quê, de pronto parece que tudo mudou [...]<sup>10</sup>

É nessa fronteira, entre o intolerável e o desejável, essa fronteira que se desloca mediante nossos desejos, é nela que está a disputa. Esses exemplos foram trazidos para nos colocar de frente a essa disputa pelo planejamento e a ressignificação de espaços ditos públicos e para demonstrar o quão importante é debater a lógica neoliberal de produção da cidade e os movimentos que tentam resistir a ela. Esse debate não pode ser feito sem se considerar a política, o desejo e a disputa.

Como posto anteriormente, na atual conjuntura política do Brasil, há uma urgência na resistência aos retrocessos e aos movimentos que excluem cada vez mais as minorias. Esse trabalho busca fazer uma reflexão acerca desses movimentos de resistência, que desafiam a lógica hegemônica vigente, através das apropriações dos espaços públicos residuais.

---

<sup>10</sup> Texto lido em abril de 2016 no Colégio Fêmão Dias Paes e publicado pela editora N-1 Edições posteriormente.

O foco do trabalho será entender a dinâmica das apropriações, ocupações<sup>11</sup>, territorializações e disputas de espaços residuais gerados pela implantação de infraestrutura urbana. Com isso, pretendo trabalhar na elucidação dos processos em que grupos sociais territorializam-se ocupando esses espaços residuais através de manifestações culturais<sup>12</sup>. Pretendo fazer isso, primeiramente, com uma reflexão sobre o que são espaços públicos e privados, e espaços residuais para entender o que são apropriações e ocupações – que escapam à chancela do Estado – como modos de desterritorializar e reterritorializar esses espaços como não-sobra. Depois, analisarei mais a fundo o caso da “Ocupação Experimental do Viaduto da Pinheiro Machado”<sup>13</sup>, no bairro de Laranjeiras. Por fim, quero entender essa reconquista da *rua* pelas pessoas, entendendo que a minha reflexão sobre esses processos pode trazer elementos para agregar a uma discussão sobre novos modelos de planejamento urbano e em novos modos de pensar e intervir na cidade sem necessariamente passar pela chancela do Estado.

### 1.1. O (vazio) que sobra

*“A mãe reparou que gostava mais dos vazios do que dos cheios, falava que os vazios são maiores e até infinitos”*  
Manoel de Barros<sup>14</sup>

A pracinha abandonada, por onde se passa todos os dias, o grande muro que percorre uma calçada inteira, o enorme terreno vazio que não se enxerga seu outro lado, a passagem escura por baixo do viaduto, a lateral das grandes vias, o final daquela rua sem saída, o espaço entre um edifício e outro, a praça gradeada e até a antiga estação de trem e a antiga fábrica desativas... Qualquer lugar que esteja em processo de não-uso, de abandono, de subutilização<sup>15</sup> em relação a sociedade civil e ao Estado como um todo. Lugares, como pontuou Solà-Morales (2002), onde a cidade já não se encontra mais. Pretendo evitar aqui, entrar em uma hierarquização e qualificar usos, mas entendo que muitos espaços têm seus usos restritos,

---

<sup>11</sup> As ideias de apropriação, ocupação e territorialização serão discutidas no capítulo 1.1 O (vazio) que sobra.

<sup>12</sup> Trabalhando com a ideia de cultura como expressões estéticas, identitárias e também políticas. Entendendo assim, manifestações culturais como a expressão de cultura espontânea – ou não – de grupos ou de agentes.

<sup>13</sup> Nome que o movimento deu a sua ocupação.

<sup>14</sup> BARROS, Manoel de. “O menino que carregava água na peneira”

<sup>15</sup> A ideia de que espaços “abandonados”, “subutilizados” ou “não-usados” é e foi uma escolha (econômica, política, estética, dentre outras opções) será desenvolvida mais à frente.

impossibilitando que usos mais democráticos sejam feitos sobre ele. As cidades estão repletas de espaços em não-uso, espaços que tinham algum uso que se perdeu e agora não são mais utilizados, espaços que estão ou que foram abandonados, espaços que são fechados para que não sejam usados por determinados agentes, – e acabam não sendo usados por ninguém – espaços que sobraram ao se planejar outros espaços. Espaços que não foram pensados – pensado aqui lido como: fazendo parte de um projeto urbano – durante o processo de planejamento, ou que ao perderem as funções para quais foram designados, não se reterritorializaram para se ressignificar. A ideia de vazio, aqui utilizada, se afasta da conotação negativa que muitas vezes lhe é imposta. O vazio – de uso, físico, ou de ambos<sup>16</sup> – é um campo de possibilidades e de expectativas.

Para entender o que são esses espaços, esses vazios que sobram, é preciso entender os fatores e os agentes que os influenciam para assim tentar construir uma definição mais aproximada da realidade. Começo falando da temporalidade e do desejo que são os fatores *imprevisíveis* que atuam nesses espaços. Depois discorro sobre o fator *previsível*, que é o Estado, através do planejamento urbano estratégico e qual o seu papel na produção e manutenção desses espaços. Com isso trabalho em cima dos conceitos de resíduo e sobra para definir melhor esses espaços. Por fim, defino o que considero as diferenças entre apropriação e ocupação.

O tempo é agente inerente da cidade. A temporalidade e o desejo são matrizes fundamentais a territorialização de espaços. O espaço vai se ressignificando na busca de acompanhar os desejos em disputa de seus agentes e, também, refletindo as dinâmicas sociais e temporais que atuam nele. E os espaços também carregam seus próprios *fantasmas*<sup>17</sup>. Nós também carregamos nossos próprios *fantasmas* e, portanto, os espaços estão sujeitos a nossa leitura carregada de vivências, acúmulos e projeções sobre eles. Dessa leitura pode partir ou não um desejo de apropriação ou afastamento de um lugar. A sensação ou não de insegurança, abandono ou os exatos opostos, vêm da nossa visão sobre o espaço, carregada com os nossos fantasmas. Foucault aborda isso em trecho de seu texto sobre as heterotopias:

---

<sup>16</sup> Faço essa diferenciação entre vazio de uso, físico ou ambos, para marcar a diferença entre espaços que foram projetados e não possuem uso (Uma praça, por exemplo), espaços que não possuem qualquer tipo de construção (Um estacionamento, por exemplo), e espaços que são os dois (Um terreno baldio, por exemplo).

<sup>17</sup> Trabalho aqui com a ideia de *fantasmas* como marcas, impressões resultantes de temporalidades, desejos e ações passadas, mas que de alguma forma ainda tem influência no espaço ou no agente no presente.

A obra – imensa – de Bachelard, as descrições dos fenomenólogos nos ensinaram que não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário, em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também povoado de fantasma; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então é um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como a água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal.<sup>18</sup>

Espaços a todo tempo são influenciados por outros espaços e por outros agentes, impulsionando suas transformações e constantes ressignificações. Milton Santos trabalhou com a ideia de fixos e fluxos para explicar as dinâmicas das transformações do espaço. Segundo ele:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.<sup>19</sup>

Rasurando em cima desses conceitos de Santos, podemos entender o espaço como fixo, e a temporalidade e o desejo como os fluxos. Esses dois últimos modificam a significação e o valor do espaço se instalando ou atravessando ele e também se modificam ao se encontrar com outros desejos. Os fixos – espaço – possuem desejo e uma carga de acúmulo de temporalidades que se passaram, portanto, quando um fluxo vem se instalar ou atravessá-los, pode sim, ser influenciado e se modificar por conta disso. Esse movimento de influência entre fixos e fluxos não é uma via de mão única, eles se influem um ao outro e entre si também. Fixos podem influir em outros fixos, assim como, fluxos se influenciam quando se encontram. Quando pontua que os fluxos atravessam ou se instalam nos espaços, Santos aponta para um fator importante a ser discutido mais a frente, os fluxos efêmeros ou permanentes. Os fluxos possuem uma duração própria, e que é passível de ser modificada perante outros fatores. A temporalidade permite que os fluxos atuem em um espaço em um curto espaço de tempo, ou permaneçam ali por mais tempo.

---

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. (1984)

<sup>19</sup> SANTOS, Milton. (1996)

Esses espaços que sobram são fruto da maneira como o planejamento urbano vigente atua, onde se priorizam as grandes obras de infraestrutura e da chamada “revitalização”. A lógica funcional do planejamento urbano opera através de um imaginário de cidade, pensado como uma totalidade<sup>20</sup> – cidades inteligentes, cidades criativas, cidades globais... Tudo que está fora desse imaginário, sobra. Sobra porque não se encaixa no modelo fechado e idealizado de cidade que se almeja, não está e nem será incorporado a esse todo. Os espaços que sobram, mesmo que se afirme que não foram planejados, no sentido de não serem levados em conta no desenho urbano do planejamento, foram planejados porque foi uma escolha – técnica, política, estética... – não o planejar, e essa escolha da não-ação é uma ação e poderia ser chamada de *planejamento por omissão*. Consequentemente, segundo essa lógica, é necessário também que não se dê oportunidade para que a sobra se faça não-sobra – entendendo que para o Estado, esses espaços não são vistos como sobra nem como disfuncionais, por que, em alguns casos, essa sobra o serve de algum modo. Essa serventia ao Estado, pode, no limite, apenas significar servir para afirmar a propriedade ou soberania sobre o território. A grande questão para o poder planejador é quem vai territorializar esses espaços como não-sobra, como territórios constituídos por lógica estranha ao modelo de planejamento vigente. Os agentes que territorializam autonomamente esses espaços, dependendo de a quem servem, são tratados de forma diferente por esse poder. O cotidiano de quem habita, anda e vive a cidade diariamente, é levado em conta na hora desse planejamento apenas a partir de um determinado ponto de vista hierárquico e segregacionista. O modo de vida dos cidadãos comuns é, em muitas das vezes, visto como disfuncional para a cidade que se almeja, portanto, a lógica será tentar invisibilizar a existência e a resistência desses agentes. Por conta dessa leitura que se gradeiam praças, se colocam travas no meio de bancos nas ruas e praças, se colocam “*espetos*” ou pedras debaixo de viadutos e se utilizam de todos esses elementos que se encaixam na chamada “*arquitetura da violência*”<sup>21</sup> para inibir comportamentos que não se quer – e de quem não se quer – na cidade. A arquitetura da violência tem como objetivo promover a segurança do

---

<sup>20</sup> Essa totalidade é fruto desses modelos copiados de outras realidades, ou modelos utópicos idealizados que são utilizados como o padrão de cidade que se quer atingir. Esses modelos vêm com fórmulas prontas para serem aplicados, como se todas as cidades reagissem da mesma forma aos mesmo estímulos.

<sup>21</sup> Expressão utilizada pelo Laboratório de Arquitetura da Violência do departamento de Arquitetura da UFF, sob coordenação da Prof. Dra. Sonia Maria Taddei Ferraz.

patrimônio e da habitação, ou seja, da propriedade privada ou pública, em detrimento de pessoas não proprietárias e nem agentes do Estado.

O noticiário jornalístico tem anunciado e enunciado essas intervenções como planejamento do espaço urbano, proteção ambiental, combate à criminalidade, embelezamento da cidade e, sobretudo, como uma ação de "pacificação" para todos, as aproximando do modelo da limpeza urbana/humana aplicada nas cidades do Terceiro Mundo em preparação para grandes eventos internacionais.<sup>22</sup>

A cidade ideal é planejada para a pessoa ideal, e não irá tolerar *desviantes*. Estratégias que inibem e violentam quem não se encaixa na cidade, em nome do embelezamento, da limpeza, da segurança e da proteção são cada vez mais e mais comuns. Uma cidade pode precisar de obras de infraestrutura, porém, o modo como essas obras vem sendo capitaneadas pela lógica da acumulação do capital, negligenciando grande parte da população, suas vivências e demandas, subverteu seus possíveis aspectos positivos. Na lógica da acumulação do capital e da cidade ideal, serão utilizados elementos de criminalização e exclusão da população que tentar modificar ou impossibilitar que esses objetivos se concretizem.

Ao tentar conceituar o que são espaços residuais, percebi que as definições atuais podem não contemplar todas as possibilidades de um espaço tornar-se resíduo, que podem acontecer. Assim sendo, tento costurar, expandir e incorporar elementos nessa definição para me arriscar no entendimento desses espaços. Os espaços residuais podem ser entendidos como a sobra do processo de produção da cidade. Não são espaços necessariamente vazios, nem necessariamente sem função. Podem ser espaços vazios de uso, ou vazios físicos, ou ambos. Como definiu Sanane Sampaio, são "elementos excluídos do processo de projeto e de planejamento, que podem ou não serem absorvidos pela dinâmica urbana"<sup>23</sup>. Por definição, resíduo quer dizer o que resta, o que remanesce. Ou seja, a sobra de algum processo – a partir daqui entendendo sobra e resíduo como sinônimos. Esses espaços são ausentes nas representações – físicas – dos projetos e se definem, como são, exatamente por essa ausência.<sup>24</sup>A partir do momento, em que começam a ser representados e reconhecidos, já não seriam mais sobras (SAMPAIO, 2013) em relação a totalidade

---

<sup>22</sup> Trecho retirado do site do Laboratório de Arquitetura da Violência do departamento de Arquitetura da UFF. <<http://www.uff.br/arqviol/>>

<sup>23</sup> SAMPAIO, Sanane. (2013)

<sup>24</sup> Me referindo aqui a representação no sentido de desenho urbano.



da cidade. Seguindo essa lógica, a partir do momento em que são resignificados, por algum agente deixam de ser sobra para esse mesmo agente. No entanto, podem tornar-se sobra novamente, ou continuar sobra, para outros agentes. Dependendo dos fluxos e fixos que o atravessam ou se instalam nele, e dos agentes que estão territorializando esse espaço, este pode ou não ser sobra. Essa ação de sobra e não-sobra pode acontecer diversas vezes e em um espaço-tempo curto – ou longo. Um espaço pode ser sobra e não-sobra no mesmo dia. Ou sobra e não-sobra ao mesmo tempo, dependendo do agente que for se levar em consideração.

Aprofundando mais a questão dos espaços residuais, é preciso passar pelo entendimento dos chamados vazios urbanos. Os vazios urbanos podem ser gerados por espaços planejados ou não-planejados<sup>25</sup>. Os vazios gerados por espaços que foram planejados são aqueles que foram desativados – deixados de lado sem qualquer preocupação – por terem perdido suas funções originais. O fato desses espaços ficarem vazios de seus usos originais demonstra que dinâmicas sociais e agentes o influenciaram para isso. Continuam sendo espaços territorializados por algum agente e capazes de se modificar, e se estão em não-uso, é porque algum agente optou por isso. São espaços como fábricas, áreas portuárias, antigas ferrovias dentre outros. É importante entender que na lógica de planejamento atual, existe um propósito na “desvitalização” de certas áreas. Com a degradação estética, acompanhada pelo abandono do poder público, principalmente em relação a segurança, consegue-se vender o discurso da necessidade de se revitalizar determinada área. Porém, mesmo com o abandono do poder público, os espaços continuam a ser utilizados por outros agentes. Um armazém desativado pode estar *vazio* de sua função de armazém, no entanto, permanece, ou se ressignifica com a função habitação para pessoas em situação de rua. Portanto, ser sobra ou não-sobra em grande parte das vezes, pode gerar uma disputa entre Estado e sociedade civil<sup>26</sup>. Ao ignorar e optar por excluir uma parcela da população, o Estado não se importa que estes ocupem e utilizem esses espaços residuais, e muitas vezes é positivo para o discurso da revitalização, que estes espaços estejam ocupados e sendo utilizados por *desviantes*. Todavia, no momento em que precisar utilizar esses espaços, o Estado não terá qualquer preocupação em despejar ou invisibilizar essas pessoas. Os vazios não-planejados seriam os que sobram ao planejamento. Sem uso e sem função

---

<sup>25</sup> Entendendo planejamento sempre como planejamento por parte do Estado.

<sup>26</sup> BOBBIO, Norberto (1982). Na antítese mais simples de sociedade civil enquanto outro do Estado.

designada, - por parte do Estado, não invalidando que tenha usos e funções dadas por outros – pois não foram pensados como parte da cidade, por escolha do poder planejador. Ambos esses vazios – planejado e não-planejado – sobram e podem ser reterritorializados. O espaço é reterritorializado de diferentes maneiras por diferentes agentes. E um grupo ao se territorializar, pode acabar invadindo o território de outro – território aqui entendido como além de apenas físico-geográfico, e sim como dando significado a um espaço. Através das disputas dos processos de territorialização – efêmeras ou permanentes – o espaço entra em processo de constante ressignificação.

Os espaços podem ser reterritorializados tanto através de apropriações como através de ocupações formais e informais. Entendo as ocupações como um movimento contínuo em um período de tempo maior, com o objetivo de mudar a função daquele espaço, pelo menos naquele período de tempo. Por exemplo, as ocupações das escolas no Brasil. Jovens ocupando durante semanas seu espaço escolar com o objetivo de protestar contra algo, mas também, ressignificando o que é escola. Outro exemplo seriam as ocupações de movimentos de luta pela moradia. Estes ocupam prédios desativados ou terrenos sem uso físico e ali constroem suas casas ou adaptam a função do antigo edifício a de uma habitação. Compreendo as ocupações como os fluxos e os fixos que se instalam no espaço. Também é preciso pontuar que as ocupações – e também as apropriações – operam, em muitas das vezes, tentando modificar as lógicas antidemocráticas que operam nos espaços. As desigualdades e injustiças são catalisadores de vontades e desejos de mudança da lógica hegemônica, como Sassen coloca nesse trecho:

Ocupar é refazer, ainda que temporariamente, as lógicas de poder instaladas, e muitas vezes profundamente antidemocráticas, no território e redefinir o papel dos cidadãos, na maioria das vezes, enfraquecidos e fatigados depois de décadas de crescente desigualdade e injustiça.<sup>27</sup>

Já as apropriações, seriam os fluxos que atravessam o espaço. Quando efêmeros, utilizam aquele espaço para se expressar e depois somem. Exemplos disso seriam os movimentos culturais, como feiras e festivais. Esses movimentos pretendem ressignificar aquele espaço em determinado momento, e que com isso, outros

---

<sup>27</sup> Tradução livre. No original: "To occupy is to remake, even if temporarily, territory's embedded and often deeply undemocratic logics of power, and to redefine the role of citizens, mostly weakened and fatigued after decades of growing inequality and injustice." (SASSI:N, Saskia.. The imminent domain)

movimentos se apropriem daquele espaço em outros momentos, gerando uma espécie de contaminação e espraiamento do desejo de ressignificar tal espaço – podendo gerar até uma ocupação do espaço. As ocupações e as apropriações são um mecanismo utilizado pela população como uma alternativa para satisfazer suas necessidades e desejos<sup>28</sup>. Essas alternativas têm se mostrado como uma forma de micro resistência para escapar da lógica de produção do poder dominante.

## 1.2 Da *rua* expandida

*“Ainda vão me matar numa rua  
Quando descobrirem,  
principalmente,  
que faço parte dessa gente  
que pensa que a rua  
é a parte principal da cidade”  
Paulo Leminski<sup>29</sup>*

Desde o boom de manifestações e de ocupações dos últimos anos – Occupy Wall Street, Primavera Árabe, manifestações de junho de 2013... – a ideia de espaço público<sup>30</sup> passa a ser questionada. Procuo definir o espaço público juntando vários conceitos na noção de *rua expandida*. Em especial, trabalho em cima da ideia de rua global<sup>31</sup>, como um espaço resistência de grupos e de se fazer política, agregando a isso a ideia de um espaço de expressão e manifestação cultural também – entendendo que manifestações culturais também carregam elementos de política e resistência. Entendendo a rua, da maneira que declara Leminski, como a parte principal da cidade, expando esse conceito de rua, para abarcar tudo que possa ser considerado espaço público em uma noção mais ampla. A *rua expandida*, apesar de se utilizar da palavra, não se refere exclusivamente a rua “objeto” e sim, uma territorialização efetuada no espaço público (propriedade estatal) no privado. É preciso pontuar, porém, que existem mais nuances que apenas espaços privados e não-privados, e que essas interpretações podem ser feitas com diferentes lentes, por exemplo a jurídica, ou

<sup>28</sup> SOUZA MENDONÇA, Eneida Maria. (2007)

<sup>29</sup> LEMINSKI, Paulo. Quarenta clics em Curitiba, (1976)

<sup>30</sup> Trabalho aqui com espaço público e rua expandida como sinônimos.

<sup>31</sup> SASSEN, Saskia. (2014)

outra, mais subjetiva, o caráter de territorialização que se instaura efetivamente nesses espaços. Portanto, mesmo espaços privados, podem ser ocupados e apropriados tornando-se parte dessa rua expandida. Quando Foucault fala sobre a dessacralização do espaço, estava trazendo à tona essa discussão sobre as oposições que comandam a nossa vida e que são difíceis de serem questionadas e desconstruídas:

Houve, certamente, uma certa dessacralização teórica do espaço (aquela que a obra de Galileu provocou), mas talvez não tenhamos ainda chegado a uma dessacralização prática do espaço. E talvez nossa vida ainda seja comandada por um certo número de oposições nas quais não se pode tocar, as quais a instituição e a prática ainda não ousaram atacar: oposições que admitimos como inteiramente dadas: por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil, entre o espaço de lazer e o espaço de trabalho; todos ainda são movidos por uma certa sacralização.

Foucault traz a discussão, principalmente, o embate binário, que muitas vezes limita nossa percepção e concepção dos espaços. A rua expandida busca questionar exatamente essa divisão de espaços excludente. Através da temporalidade, um espaço pode ser diversos espaços ao mesmo tempo. Esses espaços, nunca são, nem deixam de ser totalmente alguma coisa, pois são sempre uma junção e transformação de diferentes fatores e disputas que se modificam a cada momento. Pode ser lazer, mas também habitação, pode ser público e também privado – levando em conta momentos temporais distintos.

Em seu texto sobre a rua global, Sassen diz:

Em cada um destes casos, argumentaria que a rua, a rua urbana, como espaço público deve ser diferenciada da noção clássica europeia dos espaços mais ritualizados para a atividade pública, com a *piazza* e a *boulevard* sendo as instâncias europeias mais emblemáticas. Penso no espaço da "rua", que, claro, inclui praças e qualquer espaço aberto disponível, como um espaço mais raro e menos ritualizado. A rua pode, assim, ser concebida como um espaço onde novas formas do social e do político podem ser feitas, ao invés de um espaço para implementar rotinas ritualizadas. Com alguns alongamentos conceituais, poderíamos dizer que, politicamente, 'rua e praça' são marcados de forma diferente de '*boulevard* e *piazza*': O primeiro sinaliza a ação e o segundo, os rituais.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Tradução livre. No original: "In each of these cases, I would argue that the street, the urban street, as public space is to be differentiated from the classic European notion of the more ritualized spaces for public activity, with

É importante entender que quando falamos de espaço público não estamos falando apenas da rotina e lazer ritualizado aos quais Sassen se refere. O espaço público das praças e ruas – como espaços e formas físicas específicas – destinado ao lazer e encontro da população também está dentro da rua expandida. Porém, a rua expandida engloba muito mais do que isso e se refere principalmente ao espaço onde se faz visível, é o espaço da ação, como pontuado por Sassen. É um espaço imprescindível, principalmente para os que são excluídos dos processos de planejamento e da política, porque é um espaço de encontro de diferentes pontos de vista. A noção de que são espaços acessíveis a todos também tem que ser desconstruída. Espaços públicos são geridos e controlados pelo Estado, que responde a interesses específicos ao fazer esse controle. Portanto, se for preciso excluir, invisibilizar e tornar difícil o acesso a tal espaço, por conta de interesse de agentes específicos que beneficiam o Estado, assim o será feito. Ao serem territorializados em *rua expandida* pela sociedade civil, a gestão e controle por parte do Estado passa a ser questionada e entrar em disputa com esse outro controle. A *rua expandida* é um espaço que tem seu uso fora do controle do Estado.

Seguindo o sentido de (des)urbanização dos modelos de planejamento, cada vez mais os edifícios e bairros se fecham e se isolam – evidenciando as crescentes desigualdades espaciais e sociais –, mostrando como a rua se torna um espaço essencial e vital para a cidade e em constante desvalorização pelo projeto de cidade que se segue. A *rua expandida* torna-se uma válvula de escape para a população em meio a construção idealizada da cidade neoliberal. Na territorialização do espaço público em *rua expandida* os que não tem voz tem a chance de serem ouvidos, aparecem e reivindicarem não só seus direitos, mas também, que aqueles espaços podem por eles serem apropriados, ocupados e territorializados.

Trazendo a discussão da rua expandida para a cidade do Rio de Janeiro, é possível dizer que a acessibilidade ao espaço público não faz parte do projeto de cidade que o governo tem para a cidade. Na maior parte das vezes, o próprio Estado é quem restringe e limita esse acesso, colocando em questão, a quem serve de fato o espaço público. Políticas implementadas pelo ex-prefeito do Rio, Eduardo Paes,

---

the piazza and the boulevard the emblematic European instances. I think of the space of 'the street', which of course includes squares and any available open space, as a rawer and less ritualized space. The Street can, thus, be conceived as a space where new forms of the social and the political can be made, rather than a space for enacting ritualized routines. With some conceptual stretching, we might say that politically, 'street and square' are marked differently from 'boulevard and piazza': The first signals action and the second, rituals." (SASSEN, Saskia. 2014)

como o choque de ordem, mostram a que tipo de público, os espaços públicos do Rio servem. Essa seletividade imposta pelo Estado, para determinar que público pode frequentar que lugar, é em muito corroborada pela mídia hegemônica. A implementação de políticas públicas precisa do aval de algum setor da sociedade civil. Para isso, contam com o apoio dos grandes veículos de mídia que, atuam fortalecendo o discurso político hegemônico que lhes é favorável. Assim, parte da sociedade civil, acaba por apoiar medidas excludentes e antidemocráticas baseados, em grande parte, no discurso disseminado pela mídia e corroborado pelo Estado. No começo do ano passado, com a – antiga – disputa entre classê média e pobres pelo uso das praias do rio, culminando na racionalização das linhas de ônibus da cidade, é possível ver como o discurso da mídia colaborou para a aceitação do projeto e a criminalização dos mais pobres.

Para analisar essa disputa, é necessário pontuar mais alguns fatores que foram importantes para que essa situação se agravasse. O primeiro fator é que a disputa entre classe média e pobres (em especial negros, moradores de comunidades da zona norte) nas praias cariocas é antiga. Criou se a falsa ideia de que a praia é um espaço democrático, mas os que vem “de fora” nunca foram bem-vindos, apenas tolerados. O segundo fator é a falta de investimento e ausência de equipamentos de lazer e cultura nas zonas norte e oeste, que concentram 70% da população da cidade. Para somar a isso, o terceiro fator foi o corte de linhas diretas de ônibus da zona norte para a zona sul, dificultando ainda mais o acesso dessas pessoas as praias, antes com apenas uma passagem de transporte público, se chegava a praia, agora é necessário uma ou mais baldeações, encarecendo o acesso a praia. O último fator seria a estigmatização do morador vindo da zona norte, principalmente dos jovens negros menores de idade. O Estado começou a interceptar os ônibus que vem dessa região para a zona sul nos finais de semana. Menores de idade, desacompanhados, sem dinheiro, sem camisa e sem chinelo são apreendidos com a justificativa de estarem vulneráveis, mas na realidade estão sendo levados para “evitar arrastões”. É importante frisar, que nesse conflito a comunidade do Jacaré e o ônibus da linha 474 Jardim de Alah x Jacaré foram os maiores alvos da mídia e da polícia, estigmatizando ainda mais os moradores de lá. O discurso inflamado da mídia, colaborou para o surgimento dos *justiceiros*, moradores da zona sul que resolveram agir por conta própria, usando da violência contra esses jovens oriundos da zona norte.

A criminalização de agentes e usos específicos pôde ser vista em outros casos. No carnaval de 2016, logo após a sua inauguração, na Praça Mauá – obra integrante do projeto Porto Maravilha, que visava a *revitalização* da zona portuário do Rio de Janeiro – a guarda municipal repreendeu violentamente um bloco de carnaval que se encaminhou para o local na madrugada. A justificativa para a ação foi a proteção do patrimônio público. Na mesma praça, os guardas também começaram a repreender jovens e crianças – moradores da região, em sua maioria – que começaram a mergulhar no mar na área da praça, ao lado do Museu do Amanhã. Na mesma época, a ex-vereadora da cidade, Leila do Flamengo, foi autora de um projeto de lei, que estava prestes a ir à votação, que proibiria a apresentação de artistas e músicos em praças, ruas e outros espaços públicos onde tivesse edifícios em volta. O foco da política era a praça São Salvador. Localizada no bairro de Laranjeiras, a praça é um local onde ocorrem as mais diversas atividades culturais e musicais e é alvo de disputas com os moradores da localidade por conta do barulho. A ex-vereadora tinha um projeto para gradear o local, limitando seus usos. O projeto de lei foi arquivado devido as manifestações dos artistas e músicos.

Por essas políticas acima exemplificadas, podemos perceber que o espaço público como espaço territorializado pela sociedade civil, sempre está em tensão com o poder estatal – com ou sem a chancela deste – e isso é visto a todo momento nas políticas do Estado em relação a acessibilidade e uso destes espaços. A disputa, na rua expandida, passa pelos desejos, pelo poder, pela política e pela temporalidade. Esses elementos, fixos e fluxos, que atuam nos espaços permanente ou efemeramente, são o que cria e transforma o espaço público em *rua expandida*.

## 2. Im\_permanências

*“Desinventar objetos. O pente, por exemplo.  
Dar ao pente funções de não pentear. Até que  
ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou  
uma gravanha.  
Usar algumas palavras que ainda não tenham  
idioma.”  
Manoel de Barros<sup>33</sup>*

Desinventar-se uma ponte até que ela seja casa. Desinventar-se uma rua até que ela seja festa. Desinventar-se um viaduto até que ele seja parque. E por aí vai. Agentes da sociedade civil vem se apropriando e ocupando cada vez mais a cidade, desinventando seus espaços. Esse movimento cresceu no momento pós-manifestações – tomando junho de 2013 como um marco – e resultou em uma efervescência cultural e ebulição de coletivos que se territorializam na *rua expandida*. Isso é fruto de um desejo de rua *crescente*, como posto por Pelbart no trecho:

A constatação simples é apenas esta: há um desejo de rua crescente e incontido em nossa cidade, e para além dela! Sim, as “pessoas” – e sei o quanto essa palavra pode irritar nossos cientistas sociais – querem ocupar espaços, ruas, praças, ciclovias, minhocões, sair de seus buracos privados ou telinhas virtuais e ensejar situações de encontro ou fricção dos mais diversos tipos, seja na cólera ou na alegria, em todo caso em situações menos codificadas, mais indeterminadas, abertas àquilo que hoje pede para ser inventado a fim de tornar respirável o dia a dia na cidade e no planeta, numa nova ecologia ambiental mas também subjetiva, como dizia Guattari.<sup>34</sup>

Grande parte dos espaços *desinventantes* que vem sendo apropriados e ocupados são fruto da implantação de infraestrutura urbana. Porém, pouco se discute sobre o que é de fato infraestrutura urbana, como ela é pensada – em termos de projeto – e sua real necessidade. A leitura convencional – e que ainda hoje, persiste – sobre o que é a infraestrutura urbana e qual o seu papel, a diminui em sua importância e em sua capacidade de influir no espaço. Vista apenas como grandes estruturas invisíveis responsáveis pelo fornecimento de serviços básicos essenciais como água, esgoto e luz, ou como, enormes estruturas de transporte como viadutos, linhas de trem, pontes e portos. É preciso entender que as infraestruturas têm um

<sup>33</sup> DE BARROS, Manoel. Uma didática da invenção. (1993)

<sup>34</sup> Pál Pelbart (2015)



papel muito maior na produção dos espaços das cidades, principalmente, a partir da expansão capitalista urbana. A capacidade de mudança não só da paisagem, mas na vida cotidiana do transeunte, é enorme. Para isso, Hauck e Kleinekort apontam outra leitura sobre infraestrutura:

Aqui, a ideia de que infraestrutura simplesmente gera serviços de fornecimento invisíveis parece persistir. Apesar de ser verdade para alguns tipos de infraestrutura, na maior parte das vezes, a infraestrutura torna-se visível e tátil como meio eficaz de desenvolvimento urbano. Isso não se deve apenas ao aumento das exigências relativas à eficiência das modernas infraestruturas de alta qualidade. Os projetos infraestruturais convencionais também transformaram significativamente o tecido urbano e a topologia, assim como, a paisagem do entorno. Tomemos por exemplo a instalação de sistemas de esgoto e estradas de ferro na metrópole do século XIX. [...] Infraestruturas são sempre dinâmicas e estáticas e não permanecem anônimas. Ao invés disso, elas influenciam, dominam e até definem o seu contexto.<sup>35</sup>

Ampliando a leitura de Hauck e Kleinekort, entendo a infraestrutura urbana como todo e qualquer elemento urbano construído que é básico e indispensável para a produção e vida da cidade. Não apenas os grandes viadutos, mas também, as ruas e praças, partes vitais e que estão presentes em toda a extensão da cidade. O poder que a implantação de um viaduto, por exemplo, cortando um bairro residencial tem, é enorme. Não só a paisagem será afetada, mas a vida cotidiana de inúmeras pessoas. O mesmo pode ocorrer em uma situação contrária. Quando o ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, derrubou parte da perimetral em 2014, foi como se uma nova paisagem fosse recriada e redescoberta pela cidade – sem entrar na discussão por trás do projeto Porto Maravilha, do qual essa derrubada faz parte. A maioria das infraestruturas são planejadas para serem vistas através da perspectiva de um carro, e para serem utilizadas apenas da forma para a qual foram designadas. Portanto, onde se aproximam da cidade ou “*tocam o chão*”, não faz parte de seu projeto. Desta

---

<sup>35</sup> Tradução livre. No original: Here, the idea that infrastructure simply generates invisible supply services seems to persist. Though true for some kinds of infrastructure, in most cases, infrastructure become visible and tactile as effective means of urban development. This is not only due to increasing requirements concerning the efficiency of modern high-quality infrastructures. Conventional infrastructure projects have also significantly transformed the urban fabric and topology as well as that of the surrounding landscape. Take for example the installation of sewerage systems or railway stations in the metropolis of the nineteenth century. [...] Infrastructures are always both dynamic and static and do not remain anonymous. Instead, they influence, dominate or even define their context. (HAUCK, Thomas; KLEINEKORT, Volker. 2011)

forma, geram sobras. As ruas são planejadas para carros passarem, as calçadas para pessoas transitarem, as pontes para serem atravessadas e os muros para dividirem espaços. Porém, esses usos atravessam espaços que já tinham outras funções ou que virão a ter, atravessam também territorializações de outros agentes. As pessoas e os espaços, em sua resiliência, irão se apropriar do que for dado a eles de alguma maneira, isso não é planejado. A infraestrutura urbana ainda é pensada como um grande artefato, com uma função única, e não como uma condição, que pode servir a diferentes propósitos e diferentes agentes de diversas formas.

Quando um grupo ou agente inicia um processo de apropriação ou ocupação de um espaço, uma reação contrária deve ser esperada. Ao se atuar com forças e movidos por desejos diferentes dos que se é esperado em algum espaço público, o Estado, agentes subordinados a ele ou que apoiam suas políticas irão reagir de alguma forma. As desinvenções do espaço sofrem resistência e, em alguns casos, são criminalizadas e repreendidas com violência – como visto em alguns exemplos já citados. A potência do que pode ser criado por agentes da sociedade civil, é encarada como uma ameaça e não como possibilidades. Não há espaço, na cidade neoliberal, para se desinventar as sobras.

Há casos em que, embora sofram ou tenham sofrido reações contrárias, caminham para se estabelecerem. Em alguns, o que era fluxo e impermanência, se tornou fixo e permanente. Em janeiro de 2016, o viaduto Saint Hilaire, que divide os bairros do Humaitá e do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, sofreu uma intervenção artística de alunos da Escola de Artes Visuais do Parque Lage. A parte debaixo do viaduto, que fica em uma área de difícil acesso a pedestres – mesmo contando com um ponto de ônibus – é vista como insegura e escura. Os estudantes fizeram um paginário, cópia e colagem de páginas de livros que apreciam, sublinhando e iluminando as partes preferidas. Pouco tempo depois, a intervenção sumiu, restando apenas páginas arrancadas. A Comlurb negou que tenha feito a retirada da intervenção, porém, frisou que intervenções no local são proibidas.

Na mesma direção disso, o recém-empossado prefeito de São Paulo, João Dória, eleito com um programa de governo declaradamente alinhado aos ideais da cidade neoliberal, iniciou seu mandato com um projeto intitulado “São Paulo Cidade Linda”. Dentre algumas das medidas do projeto, foram apagados grafittis e pixos simbólicos em vários pontos da cidade. Somado a isso, o atual prefeito pretende cobrar multas de 5 mil reais para quem pixar muros e de 10 mil reais para os que

forem “reincidentes”. A arte de rua, que vai desde graffitis e pichações até intervenções como o mural de paginário, são foco de grande discussão polarizada no que diz respeito a apropriação do espaço público. Com essa política penalizante, pichadores e grafiteiros são taxados como criminosos e *inimigos* da cidade, a serem combatidos. Não se aceita qualquer intervenção no patrimônio público e privado sem que se tenha a devida autorização. Dória também assinou decreto que permite que a guarda municipal retire cobertores e colchões de moradores em situação de rua, criminalizando também, a existência e resistência dessas pessoas.

Ainda sobre São Paulo, o Elevado Presidente João Goulart, mais conhecido como Minhocão, que corta os bairros de Vila Buarque, Campos Elísios, Santa Cecília e Água Branca, tem 3,4 km de extensão e liga as zonas leste e oeste da cidade. Desde 1976, o Viaduto tem seu tráfego interrompido de 21:30 às 06:30 durante a semana, das 15:00 de sábado até a manhã da segunda-feira e aos feriados. Durante esses horários, o Elevado torna-se um espaço residual da cidade. Porém, com o tempo e mais intensamente nos últimos anos, isso abriu possibilidade para inúmeras territorializações se fazerem nesse espaço. Agentes se estruturaram e formaram a organização Parque Minhocão. Em 2016, o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, sancionou lei que reconhece o Parque Minhocão nos horários que este não é Elevado Presidente João Goulart. Com o Plano Diretor da Cidade aprovado e sancionado em 2014, é prevista a desativação progressiva do Elevado, em até 15 anos, para a transformação em parque ou sua demolição. Com a lei sancionada por Haddad, é reconhecido institucionalmente a multiplicidade e a temporalidade que permeia o espaço, quando não é um é outro. O Parque Minhocão modificou totalmente a paisagem e o uso da estrutura do Elevado, desde peças de teatro em janelas de edifício, atividades físicas, shows, intervenções artísticas até piqueniques. Por conta de sua proximidade com os edifícios ao redor, a uma distância de apenas 5 metros, e do abandono da área embaixo do viaduto, a melhor solução para alguns, é a demolição do mesmo.

Outro exemplo que pode ser citado é o caso do Viaduto Negrão de Lima, mais conhecido como Viaduto de Madureira, no Rio de Janeiro. No início dos anos 90, embaixo do Viaduto, um movimento impulsionado por djs que queriam “*seu próprio baile*”, e queriam incentivar a formação de djs locais, o baile charme de rua de Madureira, se formou aí. Com o reconhecimento do Estado sobre sua importância para a cultura do movimento e música negra, o espaço debaixo do Viaduto, onde

ocorre o baile, sofreu reformas para sua segurança e melhor funcionamento. Hoje em dia, ali funciona um dos espaços da CUFA – Central Única das Favelas, durante a semana, ocorrem aulas de dança, e aos finais de semana, o baile. No espaço em frente à entrada do baile e da CUFA, onde se conforma uma pequena praça, é tomado por barracas que vendem de comida a roupas.

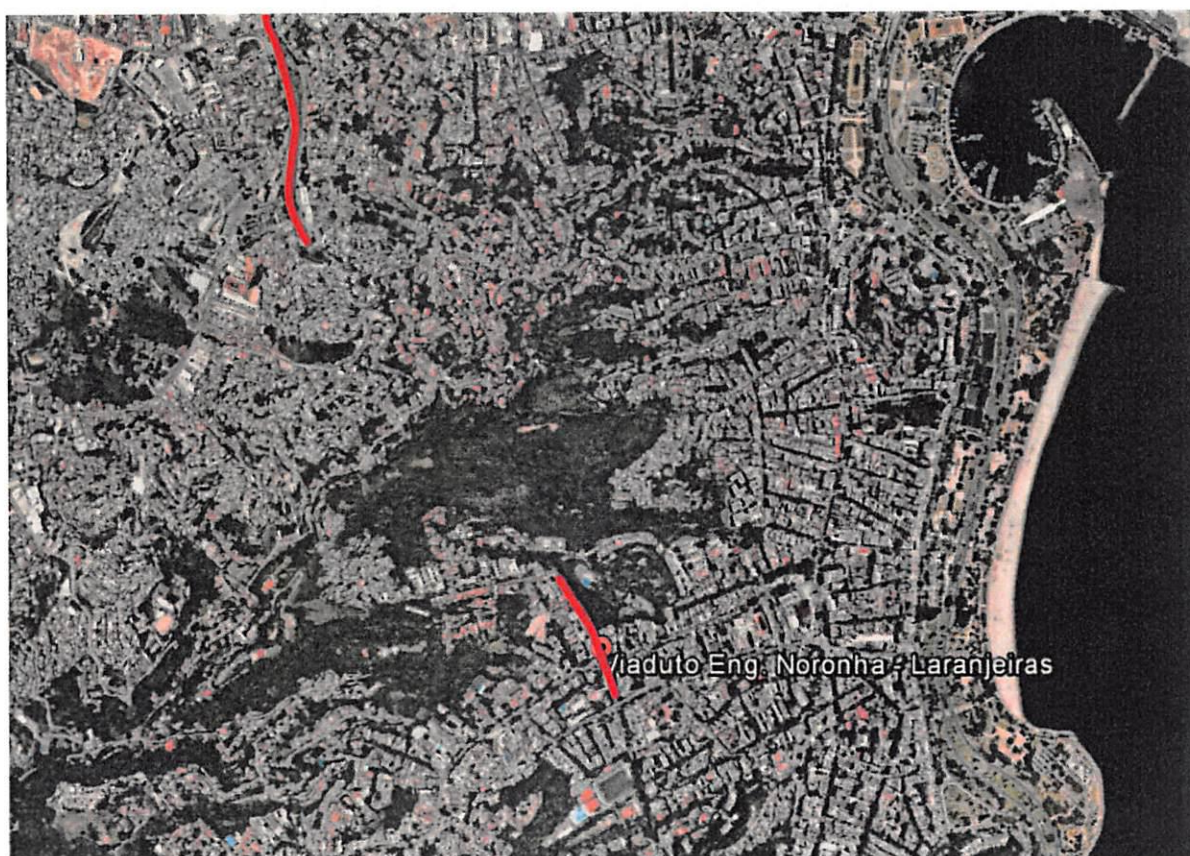
Exemplos de apropriações, fluxos efêmeros, mas que acontecem com frequência, podem ser citados também. Na Rua da Lapa, no Rio de Janeiro, em uma de suas largas calçadas, moradores em situação de rua montaram um verdadeiro shopping, onde são vendidos os mais diversos objetos – esse tipo de apropriação se dá em outros espaços da cidade também. Também no Rio, para entrar na Vila Mimosa, conhecido local de prostituição, é necessário passar debaixo de um viaduto. O local não tem saída e tem pouco fluxo de carros circulando, isso gerou interesse de coletivos que começaram a promover festas, de graça, nas ruas sem saída do local.

Esses exemplos citados, demonstram como acontece a subversão funcional de infraestruturas urbanas. Esses processos acontecem a todo tempo na cidade. Como são processos movidos por agentes que são movidos por desejos, estão sempre sujeitos a reações de resistência, de multiplicidade e de aceitação – por parte de outros agentes. As infraestruturas urbanas, são canais que podem obedecer aos seus usos estáticos – usos originais –, mas, por permearem e tocarem tantos espaços da cidade, possuem essa enorme gama de possibilidades de terem usos dinâmicos se apropriando de si.

### 3. Debaixo do viaduto

O Viaduto Engenheiro Noronha, se localiza no bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro, como pode ser visto no *Mapa 1*, abaixo. Junto ao Viaduto Doutor Agra, é parte das obras feitas para dar acesso ao Túnel Santa Bárbara. Inaugurados em 1963, a estrutura foi feita pensando em facilitar o acesso entre zona sul e zona norte da cidade. Para a implantação da infraestrutura, mais de 30 imóveis foram desapropriados. Na época, o bairro não contava com tantos edifícios no entorno do Viaduto, como ocorre hoje. Com 356 metros de comprimento, o Viaduto possui um vão livre de 56 metros. A estrutura é a extensão da Rua Pinheiro Machado e atravessa por cima da Rua das Laranjeiras. Nessa parte, forma-se seu vão. Esse espaço, embaixo do viaduto, é dividido entre a Rua das Laranjeiras, um estacionamento e a Praça Carlo Del Prete, também conhecida como *Praça do Avião*. A praça se divide em uma parte debaixo do viaduto e outras duas nas calçadas ao lado.

Mapa 1 - Mapa do Rio de Janeiro marcando a localização do Viaduto Engenheiro Noronha.



Fonte: Google Earth



A Rua da Laranjeiras é uma via extremamente movimentada com fluxo intenso de carros e pedestres. No entorno do *baixo-viaduto* existem lojas, restaurantes e um ponto de ônibus de um lado. Do outro lado, a Maternidade Escola, um muro extenso e uma floricultura. Mesmo com a grande movimentação de passagem, o espaço nunca foi territorializado como praça – pelo menos, nos últimos anos. Neste caso, ao se planejar a implantação do viaduto, pensou-se em como este afetaria seu entorno, propondo-se então, uma praça. Porém, o planejamento urbano é impreciso no sentido de não ser capaz de prever como os agentes da cidade irão territorializar seus espaços. Essa previsão, de fato, não é possível, porque os desejos não são planejados nem planejáveis. Fato é que, os moradores do bairro não utilizavam a praça como praça. Outros agentes, no entanto, passaram a desinventar esse espaço. Moradores em situação de rua tornaram-o suas habitações, aproveitando-se principalmente dos pilares para guardar seus pertences. Os brinquedos do parquinho foram apropriados por grupos de usuários de drogas em alguns momentos. Alguns vendedores ambulantes fazem seus pontos por ali em determinados horários. E *flanelinhas* comandam o ponto de estacionamento.

Figura 1 - Varal de desenhos e poesias rdo Viaduto Laranjeiras



Fonte: Acervo pessoal



Esses diversos agentes que tomaram o espaço debaixo do Viaduto com diferentes usos, não são vistos positivamente por grande parte dos moradores do bairro. Moradores em situação de rua, usuários de droga e vendedores ambulantes são grupos estigmatizados, pela sociedade civil, de maneira geral. Quando estes agentes passaram a apropriar-se desse espaço, de suas maneiras, esse espaço passou a ser visto como inseguro, abandonado e subutilizado. Este espaço, ao ser estigmatizado por determinados agentes, passou a ser sobra para os mesmos, por mais, que para outros, ainda tivesse função. Esse estigma, reforça um ciclo de abandono por parte da cidade a esse espaço. Como ali passou a ser utilizado por agentes que deveriam ser excluídos da sociedade, não interessa mais a determinados outros agentes a existência daquele espaço. O espaço torna-se sobra e invisível também. Só passa a ser enxergado quando ocorre alguma disputa de espaço entre seus fluxos. Se algum transeunte for furtado ao passar por ali, por exemplo, usuários de drogas e moradores de rua serão apontados como os prováveis responsáveis por isso, ou, pela insegurança do local. A disputa e a reação não existem apenas quando os espaços são apropriados por usos que poderiam ser categorizados como positivos.

Especialmente os usos *Figura 2 - Pedras debaixo do viaduto.*

categorizados como negativos por agentes que já são criminalizados e excluídos da sociedade, sofrem reações – inclusive violentas – ao territorializarem qualquer espaço na cidade.

Nesse contexto, surgiram diferentes movimentos no bairro, com diferentes propostas e enfoques de como se apropriar e desinventar o *baixo-viaduto*. Criado por membros da Associação de Moradores de Laranjeiras, o movimento “*Laranjeiras Sorri*” tem como



*Fonte: Acervo pessoal*

principal bandeira a segurança no bairro. Como definido pelos próprios em sua página nas redes sociais, é um grupo formado por moradores inconformados com a insegurança e a degradação do bairro.<sup>36</sup> Em articulação com a Associação de Moradores e com o poder público – ali representados pela Subprefeitura e pela Polícia Militar – conseguiu efetivar diversas de suas propostas para melhorias na segurança do bairro. O grupo promove uma feira de arte, música e gastronomia debaixo do viaduto. O evento conta com *foodtrucks*, barracas que vendem diversos produtos e apresentações musicais diversas. O grupo também é responsável pelo grande mural em homenagem a falecida cantora, Cássia Eller, que morava no bairro, pintado no muro ao lado do viaduto. O mural é fruto da parceria do coletivo com o projeto “*Tudo de cor para você*”, da Tintas Coral e foi pintado por três artistas moradores do bairro. O movimento também organizou uma arrecadação para angariar fundos para a compra de bicicletas para os policiais que patrulham o bairro.

Dentre as propostas do grupo para melhorar a segurança do bairro, duas envolvem o uso da parte debaixo de dois dos viadutos do bairro, o Viaduto Engenheiro Noronha e o Viaduto Jardel Filho. Para o Viaduto Engenheiro Noronha, a proposta é a colocação de uma tenda ou posto da Polícia Militar, caso não seja possível, que pelo menos uma viatura se posicione debaixo do viaduto diariamente. No caso do Jardel Filho, que tem sua parte debaixo gradeada, porque ali funcionava uma Cooperativa de Catadores de Lixo, encontrando-se sem uso no momento, a ideia do coletivo é que ali se instale refeitório e vestiário para os policiais que patrulham o bairro, ou uma central de monitoramento de câmeras do bairro.

Em contraponto a esse movimento, surge outro, com o objetivo exclusivo de ocupar o *baixo-viaduto* do Engenheiro Noronha. Marcos Quental, 21 anos, produtor cultural e morador do bairro é responsável pelo movimento que começou se autodenominando “*Ocupação experimental do Viaduto Laranjeiras*”. Apesar do nome inicial de *ocupação*, a ideia do movimento é se apropriar do espaço debaixo do viaduto por uma tarde, reunindo diversas atividades, propostas por diversos colaboradores, terminando sempre antes das dez horas da noite, para não incomodar os moradores do entorno e, mais importante, sem pegar autorização da Prefeitura para a realização do evento. Esse ponto é bastante importante para o produtor, ele afirma que é importante mostrar que é possível promover eventos de qualidade com baixo ou

---

<sup>36</sup> Página do movimento: < <https://www.facebook.com/laranjeirassorri/> > acessado em: janeiro de 2017



nenhum custo através de colaboradores e parcerias. Sem grandes pretensões, o primeiro evento ocorreu numa quarta-feira em Janeiro de 2016, e foi encarado como uma experimentação. Com seus contatos de outros trabalhos, Marcos propôs para o primeiro evento uma roda de conversa sobre transporte público, e contou com colaborações para fazer o som da ocupação e para oficinas de estêncil e de reparos em bicicletas. Também propôs intervenções artísticas que fossem permanecer no espaço, depois que o evento acabasse, como oficina de lambe-lambe e um varal de artes e poesias. Desde então, já foram feitas mais de 15 edições da antes chamada ocupação, agora com o nome apenas de “*Viaduto Laranjeiras*”, com uma variedade de atividades que engloba: peça de teatro, exibição de filmes, churrasco com roda de samba, rodas de conversa, intervenções artísticas e shows de bandas.

Figura 3 - Evento do Viaduto Laranjeiras.



Fonte: Viaduto Laranjeiras.

Em entrevista, Marcos Quental afirmou que foi o encantamento com o espaço público somado a beleza que enxerga na estrutura do viaduto que criaram nele, o desejo de fazer algo naquele local. Sua ideia era mudar o mapa afetivo da região, principalmente, por acreditar que a maior parte dos espaços na cidade são apenas para passagem evidenciando uma carência de espaços de encontro e de lazer. A



movimentação do “*Viaduto Laranjeiras*” também foi uma contrapartida ao “*Laranjeiras Sorri*”, que por sua vez, foi uma reação a ocupação do espaço por moradores em situação de rua e usuários de droga. Essa ocupação, por sua vez, também sofreu reações do poder público. Todos os elementos que poderiam caracterizar aquele espaço como sendo uma praça, e que poderiam, de alguma forma, colaborar para a permanência de moradores de rua e usuários de droga no local, foram retirados. Lixeiras e bancos foram embora, tornando o espaço, cada vez mais, apenas passagem.

Figura 4 - Roda de conversa em evento do Viaduto Laranjeiras.



Fonte: Viaduto Laranjeiras.

Antes de fazer o primeiro evento, Marcos conversou com os moradores do viaduto e com outros grupos que também utilizavam o espaço<sup>37</sup>, para obter a aprovação deles. Os três moradores “*fixos*”: Neymar, Luisinho e Marquinho aprovaram a ideia e participaram, a sua maneira, de algumas das edições. Moradores *não-fixos* também participaram de algumas edições, um deles chegando a fazer o som do evento. Os meninos que são usuários de droga e ficam no outro viaduto, ali perto, também participaram de algumas edições. Apesar de nenhuma das edições terem contado com um público muito grande, pessoas com perfis diversos passaram por ali,

<sup>37</sup> Um grupo de *break* utilizava o espaço as segundas-feiras para ensaiar.



jovens e adultos, de moradores da região a pessoas vindo de Realengo e Praça Seca. O movimento foi bem aceito pelos moradores e não teve reações negativas, nesse sentido. Nas poucas reuniões que participou, da Associação de Moradores, os representantes da Subprefeitura se mostraram positivos com a ideia da *ocupação*.

Após os términos dos eventos, como uma forma de *ocupação permanente* do espaço, e para marcar que se passou por ali, Marcos acha importante deixar algo no local. Por conta disso, teve a ideia de transformar uma antiga geladeira em uma biblioteca comunitária para o local. Com livros doados, a ideia obteve sucesso, com os livros se esgotando em pouco tempo e de garis a transeuntes pegando-os para ler. Recentemente, montou e deixou no local uma pequena pista de skate, que também passou a ser utilizada por várias pessoas. Nos dois casos, depois de um tempo, a Comlurb retirou o material. Quanto a isso, Marcos afirma que seu objetivo para esse ano é projetar, com auxílio de arquitetos e designers e outras pessoas interessadas, todo mobiliário urbano para aquele espaço tornar-se praça novamente. Deseja implantar isso no local, sem nenhuma autorização da Prefeitura também.

Figura 5 - Evento do Viaduto Laranjeiras



Fonte: acervo pessoal.

A relação de todo o comércio do entorno com o viaduto e com o “*Viaduto Laranjeiras*” se modificou. O barbeiro, o rapaz do *x-tudo*, o bar que vende cerveja e a banca de jornal sempre procuram saber quando vai ocorrer uma nova edição do evento. A loja de informática ao lado, se apropriou do jardim em frente a ela, transformando-o em uma horta comunitária. Marcos afirma que os laços dele com todas essas pessoas, se estreitou, inclusive, tendo passado o natal com os moradores do viaduto. O movimento também chamou a atenção de outros bairros, sendo chamados para ajudar a construir eventos parecidos em Botafogo. Marcos acredita que a despretensão colaborou para o sucesso do evento. Acredita que o cuidado e a atenção ao micro, antes do macro, são a ferramenta possível e fundamental para a modificação e transformação dos espaços da cidade.

Figura 6 - Vista da praça debaixo do Viaduto Engenheiro Noronha.



Fonte: Google Street View.

O caso do Viaduto Engenheiro Noronha, nos mostra como a temporalidade e o desejo agem nas territorializações do espaço. O *baixo-viaduto*, planejado para ser praça, nunca foi praça. Ao tornar-se casa, teve retirado tudo que era pra ser praça e tinha virado casa, pelo Estado. Desde então, passou a ser casa e também arte, música, gastronomia, teatro e encontro. As duas abordagens diferenciadas dos movimentos, evidenciam diferentes pensamentos de como se pode desinventar um espaço, que ficou estigmatizado. Para o primeiro grupo, o problema era exatamente o uso do espaço como casa, que acabou por tornar o espaço *perigoso*. Não houve diálogo com os moradores do viaduto. Para o segundo grupo, a existência daqueles agentes ali, merecia respeito e cuidado e tinha que haver diálogo entre as duas *ocupações*. O primeiro evento do “*Laranjeiras Sorri*” aconteceu depois da *ocupação*



*experimental*, esse é um ponto positivo que tem que ser ressaltado. Por mais que tenham preceitos diferentes, ao demonstrar que aquele espaço poderia ser apropriado e utilizado pela sociedade civil de maneira geral, um grupo influenciou o outro, na maneira de lidar com aquele espaço.

#### 4. Planejando (n)o vazio - Conclusão

Ao não se encontrar espaços que possa utilizar de sua maneira, desinventa-se outros. É preciso reconhecer, como potência movida por desejos, a capacidade *desinventante* que diversos agentes possuem. O surgimento de cada vez mais ocupações e apropriações reterritorializando o espaço público como a *rua expandida* é o cenário da resistência e mostra como a *rua* vem sendo reconquistada.

O objetivo desse trabalho era trazer elementos que pudessem agregar a uma discussão sobre novos modelos de planejamento urbano e novas formas de se pensar a cidade e os espaços públicos. Acredito que o reconhecimento da potência do desejo das pessoas, o entendimento que, um espaço pode ser vários ao mesmo tempo e compreender a *rua expandida* como esse espaço de encontro da política, da expressão e da resistência, capaz de grandes transformações, são elementos importantes que o trabalho traz. O entendimento de que essas *sobras* são campos de possibilidades para a desinvenção desses espaços – o vazio é infinito em suas possibilidades – e sua territorialização por diversos agentes, também é um fator importante trazido para o debate. Pelbárt, ao falar do desejo, pontua: “Reivindicações podem ser satisfeitas, mas o desejo obedece a outra lógica – ele tende a expansão, ele se espalha, contagia, prolifera, se multiplica e se reinventa à medida que se conecta com outros.”<sup>38</sup> A *rua expandida* se faz em cima desses desejos.

Dois fatores permearam a discussão das apropriações e ocupações da *rua expandida* no trabalho. A primeira em relação a políticas públicas e a segunda em relação a sua gerência. Em relação a políticas públicas, duas questões que apareceram diversas vezes nesse trabalho foram a questão da segurança e de moradores de rua, usuários de drogas e vendedores ambulantes. Embora não devessem estar interligadas, esses agentes são agrupados e contrapostos a questão da segurança, na maioria das vezes, por que são grupos estigmatizados, criminalizados e excluídos da sociedade. De maneira geral, esses grupos são alvos de políticas higienistas que procuram invisibilizá-los cada vez mais. Enquanto não se criar políticas públicas específicas para esses grupos, estes continuarão a ser estigmatizados e criminalizados pela sociedade. Em relação à segurança, de modo mais amplo, é evidente que um espaço ocupado por pessoas é mais seguro que um espaço sem pessoas. Seja por passar uma imagem segura, ou por ser mais seguro

---

<sup>38</sup> Texto lido em abril de 2016 no Colégio Fernão Dias Paes e publicado pela editora N-1 Edições posteriormente.

de fato, as pessoas têm menos medo e se sentem mais convidadas a ficarem em espaços com outras pessoas. Inclusive, o desejo que movimenta muitos dos coletivos, é o desejo por segurança. Portanto, não necessariamente o aumento do contingente policial ou de guarda municipal é a solução para isso.

Em relação a gerência do uso dos espaços públicos, em relação a sua territorialização como *rua expandida*, é de se pensar num uso sem ingerência do Estado, independente da questão da propriedade. Porém, para isso, primeiro seriam necessárias políticas públicas eficientes em relação a diversas demandas que possam surgir. Se um espaço que não tinha uso, passa a ter uma feira ou uma festa por exemplo, precisará, eventualmente de banheiros, lixeiras, bancos e outros. O Estado fornecerá isso? E frente as territorializações diversas entre agentes não-estatais, como seria a gerência de suas disputas? Seria feita pelo Estado? Ou pelos próprios?

Esses cenários são difíceis de serem imaginados num futuro próximo e pelo modelo de planejamento que estamos seguindo. Como visto no caso do Viaduto de Laranjeiras, muitas vezes as Associações de Moradores se juntam ao Poder Público para resolverem seus interesses, excluindo a participação dos outros agentes que utilizam os espaços. Outros caminhos para isso serão possíveis, somente quando o Estado agir pelo interesse de todos os setores da sociedade civil e não de grupos específicos. Se o Estado permitisse que ocupações e apropriações ocorram, sem repressões e *apagamentos*, já seria uma grande conquista. É preciso dar oportunidade para que os diversos agentes da cidade se manifestem e se territorializem cada vez mais na *rua expandida*. Através desses pequenos experimentos, grandes potências podem surgir:

Sabemos que a força dessas experimentações minúsculas diante do poder das construtoras, governantes e juizes parece sempre irrisória, para não dizer risível. E no entanto, é também nesses bolsões efêmeros que se experimentam gestos mínimos, lógicas incertas, estratégias e afetos capazes às vezes de transbordar ou disparar uma mobilização multitudinária e inflétir o destino de um bosque ou de um mundo – lembremos que as revoltas em Istambul começaram pela defesa do parque Gezi. Tampouco aqui o critério quantitativo deveria nos intimidar. Quantas vezes não é o pequeno o locus do desvio e da bifurcação decisiva? Como diz um personagem de Dostoiévski – e aqui o aplicamos à nossa imaginação política – até o incêndio de Moscou começou por uma vela de um kopek.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Pál Pelbart (2015)

Por último, em relação as grandes obras de infraestrutura. Acredito que existam duas questões a serem apontadas: a inserção dessas obras na lógica do planejamento estratégico e a como são feitos seus projetos. As grandes obras de infraestrutura precisam ser melhor debatidas com a sociedade civil, tanto em relação a sua necessidade, quanto em relação ao modo como sua implantação irá ocorrer. Esses debates não existem e o que vemos, principalmente, em um cenário pós-megaeventos, no Rio de Janeiro, são: um rastro de violações de direitos humanos para remoções desnecessárias e obras mal planejadas e mal executadas, voltadas apenas para a especulação imobiliária, ignorando as reais necessidades da população. Em relação aos projetos, isso também é fruto dessa inserção na lógica capitalista de produção da cidade, as obras são pensadas descoladas do contexto em que se inserem e planejadas, grande parte das vezes, apenas em planta-baixa. Ao se planejar a inserção de uma grande obra de infraestrutura em algum local, é necessário levar em conta, cada camada que pertence a aquele espaço. Não acredito que isso fará com que não se tenham mais ocupações e apropriações desses espaços. Até porque, como dito antes, não se pode planejar os usos que as pessoas farão de seus espaços. Porém, a modo como essa estrutura se *insere* no espaço, pode ser projetado de forma menos agressiva.



## Referências

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.

DE SOLÀ-MORALES, Ignasi. Terrain vague. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/35561/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017. Texto original em espanhol: Ignasi de Solà-Morales (Territorios, Gustavo Gilli, 2002)

DITTMAR, Adriana. **Paisagem e morfologia de vazios urbanos: análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba – Paraná.** 2006. 230 f. Dissertação – Programa de pós-graduação em gestão urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006

FOUCAULT, Michel. (1984) [1967] 'Des espaces autre' [Of other spaces], Architecture, Mouvement, Continuité, (5): 46-49.

HAUCK, Thomas; KLEINEKORT, Volker. Infrastructural Urbanism: Addressing the In-between. Estados Unidos, DOM Publishers, 2011.

PÁL PELBART, Peter. Carta aberta aos secundaristas. São Paulo, N-1 Edições, 2016.

PÁL PELBART, Peter. Parque Augusta, ou um desejo de rua. Disponível em: <<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2015/03/03/parque-augusta-ou-um-desejo-de-rua-por-peter-pal-pelbart/>> Acesso em: fevereiro de 2016.

SAMPAIO, Sanane. Espaços residuais: produção e cotidiano. In: ENANPUR, 16, 2015, Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte: ANPUR, 2015. 18 f.

SAMPAIO, Sanane. **Grandezas do ínfimo: espaços residuais em Salvador.** 2013. 122 f. Dissertação – Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, M., A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Ed USP, 2008.

SASSEN, Saskia. Imminent domain. Disponível em: <<https://www.artforum.com/inprint/id=29814/>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

VAZ, Lilian F. Um território híbrido na Maré, RJ. Novo território cultural? In: Seminário Internacional Políticas Culturais: Teorias e Práxis, 1, 2010, Rio de Janeiro. CD-ROM Seminário Internacional Políticas Culturais: Teorias e Práxis, 2010. 16 f.